

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.498.740 - SP (2019/0130451-1)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
AGRAVANTE : BTG PACTUAL CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
ADVOGADOS : RUBENS JOSE NOVAKOSKI F VELLOZA E OUTRO(S) - SP110862
LEONARDO AUGUSTO ANDRADE - SP220925
AGRAVADO : MUNICIPIO DE SUZANO
ADVOGADOS : PAULO EDUARDO DE SOUZA COUTINHO JÚNIOR - SP210235
ELAINE DOS SANTOS ROSA - SP150611

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto por BTG PACTUAL CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"EXECUÇÃO FISCAL – IPTU DOS EXERCÍCIOS DE 2002 A 2004 – ACOLHIMENTO PARCIAL DA EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE – RECURSO CONTRA ESSA DECISÃO – ESCRITURA DE VENDA E COMPRA NÃO LEVADA A REGISTRO – LEGITIMIDADE PASSIVA DA OUTORGANTE VENDEDORA – INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 34 E 123, AMBOS DO CTN E 1.245 DO CC – DECISÃO MANTIDA.
Recurso improvido" (fl. 198e).

Opostos Embargos Declaratórios, restaram, assim, rejeitados:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – INEXISTÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS PREVISTOS NO ART. 1.022 DO CPC – ALEGADA OCORRÊNCIA DE OMISSÃO – NÃO CARACTERIZAÇÃO – PLEITO, EM VERDADE, DE REEXAME DAS MATÉRIAS POSTAS – DESCABIMENTO EM SEDE DE RECURSO IMPRÓPRIO – REJEIÇÃO.
Embargos declaratórios rejeitados" (fl. 220e).

Sustenta a parte agravante, nas razões do Recurso Especial, violação aos arts. 1.022, II, do CPC/2015, 130 e 131, I, do CTN, sustentando, no que interessa, que:

"11) DA VIOLAÇÃO AO ARTIGO 1.022, INCISO II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

10. O artigo 1.022, inciso II, do Código de Processo Civil, restou

vilipendiado na medida em que, ao propugnar pela responsabilidade solidária entre a Recorrente e o adquirente do imóvel no momento da ocorrência do fato gerador, diante da ausência de registro imobiliário da transferência da propriedade, o v. acórdão olvidou-se quanto ao fato de que os créditos tributários relativos a impostos de natureza real, como é o caso do IPTU, se sub-rogam na pessoa do adquirente, nos termos dos artigos 130 e 131, I, do CTN.

11. Com efeito, o v. aresto ficou omissos quanto à responsabilidade do comprador nos termos dos artigos 130 c/c 131, I, do Código Tributário Nacional, tendo em vista que o débito de IPTU configura uma obrigação tributária *propter rem*, ou seja, a obrigação tributária do IPTU acompanha o imóvel em todas as suas mutações subjetivas, exegese que encontra reforço na hipótese de responsabilidade tributária por sucessão prevista nos referidos artigos.

12. Assim, ainda que seja realizado em momento posterior à ocorrência do fato gerador do tributo, fato é que o registro da propriedade na matrícula do imóvel gera efeitos ao adquirente, aspecto olvidado pelo v. acórdão.

13. Assim, em face da omissão em que incorreu o v. acórdão, a Recorrente utilizou-se do recurso adequado para corrigi-los, qual seja, os embargos de declaração, previsto no artigo 1.022 do Código de Processo Civil.

14. Sendo inequívoco que a oposição dos embargos declaratórios operou-se em razão da caracterização da omissão contida no v. acórdão, imperiosa a necessidade do seu acolhimento pelo Tribunal *a quo*. Contudo, ao rejeita-los, deixando de se manifestar sobre a aludida omissão perpetrada, o v. aresto acabou violando o art. 1.022, II, do CPC, tornando-se incontestavelmente nulo, *in verbis*.

(...)

15. Aliás, ressaltando o vilipêndio aos ditames do artigo 1.022, II, do Código de Processo Civil, pelo aresto que rejeita os embargos de declaração sem apreciar a matéria suscitada, conforme julgados abaixo:

(...)

16. Ou seja, quando a doutrina e jurisprudência consignaram que o juiz não estava obrigado a enfrentar todos os argumentos suscitados pela parte, obviamente se referiam aos (pontos) não essenciais, característica esta que não pode ser atribuída, obviamente, à questão ventilada nos embargos de declaração opostos.

17. Assim, caso a omissão apontada fosse devidamente analisada, a conclusão seria de acolhimento da pretensão da Recorrente, no sentido

de reconhecer que o comprador do imóvel se sub-roga nos direitos e obrigações que decorrem da aquisição, ou seja, se torna pessoalmente responsável pelos impostos referentes ao bem adquirido, nos termos dos art. 130 e 131, I, ambos do CTN.

18. Desta forma, resta cristalino que o v. acórdão ora acoimado contrariou o comando inserto no art. 1.022, inciso II, do Código de Processo Civil, motivo pelo qual deve ser reconhecida a sua nulidade, sendo determinada ao Tribunal *a quo* a apreciação das omissões dele constantes.

C) DA APLICABILIDADE DO DISPOSTO NO ARTIGO 1.025 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

19. Não obstante as considerações anteriormente alinhavadas, verifica-se que a Recorrente se valeu do recurso adequado (embargos de declaração) para a supressão dos vícios indicados (omissões). Isto é, foi devidamente ofertada a oportunidade para que Tribunal *a quo* procedesse à complementação do v. acórdão vergastado.

20. Assim, apesar da nulidade que reveste o v. aresto recorrido, essa Egrégia Corte pode perfeitamente adentrar no mérito do presente recurso especial, como meio, inclusive, de se prestigiar o princípio da economia processual, adotando-se, para tanto, o entendimento no artigo 1.025 do Código de Processo Civil, que assim dispõe:

(...)

21. Nesse sentido, levando-se em consideração o princípio da economia processual, bem como citado artigo 1.025, do Código de Processo Civil, que, atualmente, melhor exprime o procedimento que já era adotado por esta Egrégia Corte com base no comando emanado pelo § 2º do artigo 249 do Código de Processo Civil/1973, a Recorrente requer, desde já, que este Colendo Tribunal se pronuncie sobre o mérito, que será demonstrado nos tópicos posteriores, para, provendo o recurso, acolher sua pretensão. Nesse sentido:

(...)

22. Assim, a ora Recorrente passará a expor os demais motivos pelo qual o v. cresto merece reforma"

D) DA VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 130 C/C 131, I, AMBOS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

23. Com o intuito de facilitar o entendimento das razões recursais da Recorrente e o conseqüente reconhecimento das violações perpetradas pelo v. acórdão, mister e faz um breve resumo da discussão em questão.

24. Com efeito, o Município Recorrido ajuizou executivo fiscal em face da ora Recorrente, visando à cobrança de suposto débito de IPTU

relativo aos exercícios de 2002, 2003 e 2004, no valor total de R\$ 25.275,19 (vinte e cinco mil, duzentos e setenta e cinco reais e dezenove centavos), atualizado até outubro de 2007.

25. Inconformada com tal pretensão, a Recorrente apresentou exceção de pre-executividade alegando, em síntese, a prescrição do débito relativo ao ano de 2002, bem como a ilegitimidade para figurar no polo passivo da execução fiscal, eis que o imóvel sobre o qual recaiu a cobrança de IPTU foi alienado pela Recorrente em 14/09/2001. |

26. O D. Juízo de primeira instância acolheu parcialmente a exceção de pre-executividade apenas para reconhecer a prescrição do crédito tributário referente ao exercício de 2002, mantendo, contudo, a legitimidade passiva da Recorrente para figurar no polo passivo da execução fiscal, decisão essa objeto de agravo de instrumento desprovido pelo v. acórdão recorrido.

27. Pois bem. Feito esse breve resumo, a Recorrente passará a demonstrar em que sentido o v. acórdão recorrido violou os artigos 130 c/c 131, I, do Código Tributário Nacional.

28. Ao manter a legitimidade passiva da Recorrente para figurar no polo passivo da execução fiscal como responsável pelo pagamento do IPTU dos anos de 2003 e 2004, o v acórdão assim propugnou:

(...)

29. Note-se que o v. aresto utilizou o artigo 34 em detrimento dos artigos 130 e 131, I, todos do CTN, para manter a legitimidade passiva do Recorrente, desconsiderando totalmente a necessidade de se responsabilizar o comprador do imóvel que se sub-rogou nos direitos e obrigações que decorrem da aquisição.

30. Com efeito, ainda que se admita que a responsabilidade solidária resulte da coexistência do exercício da posse e da propriedade do imóvel decorrente da ausência do registro do compromisso de compra e venda na matrícula do imóvel no momento da ocorrência do fato gerador, não se pode perder de vista que, em momento posterior, a propriedade foi efetivamente transferida e levada a registro, como foi inclusive, observado pelo v. acórdão, o que torna evidente a necessidade de aplicação dos efeitos da sub-rogação previstos nos artigos 130 e 131, I, do CTN. Nesse sentido:

(...)

31. O fato de o registro do compromisso de compra e venda na matrícula do imóvel ter ocorrido em momento posterior ao fato gerador não pode, portanto, afastar a responsabilidade tributária assumida pelo adquirente do imóvel endividado.

32. Assim, é evidente que, em se tratando de responsabilidade por

tributos imobiliários, esta se sub-roga na pessoa do adquirente que, com o registro da propriedade na matrícula do imóvel, se torna responsável pelo pagamento do débito tributário.

33. Nesse sentido, ao desconsiderar o fato de que houve registro posterior da titularidade do imóvel, o v. acórdão violou os artigos 130 c/c 131, I, do CTN, os quais preveem que os créditos tributários relativos a impostos de natureza real, cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes.

34. Diante do exposto, resta clara a necessidade reforma do v. aresto recorrido, em razão da vulneração aos artigos 130 c/c 131, I, do CTN" (fls. 229/237e).

Requer, ao final, o conhecimento e o provimento do presente recurso para: "a) decretar a nulidade do v. acórdão recorrido em virtude da violação aos artigos 1.022, inciso II, determinando-se o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que seja apreciada a questão constante dos embargos de declaração ou, ao menos, b) reformar o v. aresto recorrido, devido à expressa violação aos artigos 130 c/c 131, I, do CTN, a fim de reconhecer que a obrigação tributária *propter rem* (IPTU, no caso dos autos) acompanha o bem, mesmo que os fatos geradores tenham ocorrido anteriores da alteração da titularidade do imóvel junto ao cartório de registro" (fl. 238e).

Contrarrazões não apresentadas (fl. 245e), foi o Recurso inadmitido na origem (fls. 246/247e), ensejando a interposição do Agravo (fls. 250/259e).

Inicialmente, o Tribunal de origem negou seguimento ao Recurso Especial, no que respeita ao reconhecimento da "legitimidade passiva, tanto do possuidor (promitente comprador) do imóvel, quanto do seu proprietário (promitente vendedor), pelo pagamento do Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU" (fl. 247e), considerando o julgamento definitivo do mérito do REsp 1.111.202/SP, em cumprimento ao disposto na alínea **b** do inciso I do art. 1.030 do CPC/2015, razão pela qual não será analisado o recurso nesse ponto.

No mais, a irresignação não merece prosperar.

Na origem, "trata-se de agravo de instrumento interposto por BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S/A., nos autos da execução fiscal ajuizada pela Prefeitura Municipal de Suzano, contra a r. decisão de fls. 131/133 destes que acolheu parcialmente exceção de pré-executividade por ela oposta, tão somente para reconhecer a prescrição do exercício de 2002" (fl. 198e).

O Tribunal **a quo** negou provimento ao Agravo, nos seguintes termos:

"A exceção de pré-executividade é admissível nas execuções fiscais, desde que as matérias invocadas na referida via sejam aquelas

passíveis de apreciação *ex officio* pelo Juiz ou que, sem a necessidade de produção de provas, tenham a eficácia de fulminar a ação executiva de plano, em que pese o teor do art. 16, § 3º, da LEF, pois, neste caso, a vedação contida no referido dispositivo legal deve ser mitigada.

Na hipótese, respeitado o entendimento em sentido contrário, a prova pré-constituída nos autos é suficiente para o deslinde da causa.

Consoante estipula o art. 34 do CTN, consideram-se contribuintes do IPTU o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.

Proprietário do imóvel é aquele que ostenta tal condição junto ao Cartório de Registro de Imóveis, ainda que tenha alienado o bem.

Para aquisição da propriedade imobiliária, pois, é necessário o registro do título translativo no Cartório de Imóveis; assim, antes desse registro não há transferência da propriedade, ainda que tenha havido transmissão da posse, nos termos dispostos pelos arts. 1.227 e 1.245, ambos do CC.

Saliente-se que o contrato não levado a registro no Cartório de Imóveis gera direitos e obrigações entre as partes, mas não obriga a Fazenda Pública, conforme o disposto no art. 123 do CTN.

O simples fato de existir possuidor com *animus domini*, apto, portanto, a sofrer a incidência do IPTU, não é suficiente, por si só, para retirar a legitimidade passiva daquele que ainda consta como proprietário do imóvel.

Nesse caso, cabe ao Fisco escolher, de acordo com a sua conveniência, na sujeição passiva da relação jurídico-tributária relativa ao IPTU, tanto o proprietário como o possuidor ou, ainda, ambos concomitantemente.

Como visto, a responsabilidade do comprador do imóvel pelo pagamento do tributo, mesmo que lhe detenha a posse, não exclui a do proprietário.

Nesse sentido, os seguintes julgados do E. STJ:

(...)

E ainda, a Súmula nº 399 do E. STJ, com o seguinte enunciado:

(...)

Na hipótese, a escritura de venda e compra de fls. 139/141 não foi levada a registro no Cartório de Imóveis, conforme certidão de fls. 144/145vº.

Diante disso, a agravante, ainda proprietária do imóvel objeto da exação, é parte legítima para figurar no polo passivo da execução fiscal.

Ressalta-se, por fim, que a arrecadação do imóvel tributado, efetuada

nos autos da falência da outorgada compradora, foi averbada na respectiva matrícula imobiliária em 3.9.2004 (fls. 145), ou seja, após a ocorrência dos fatos geradores relativos aos exercícios de 2003 e 2004. De rigor, pois, a manutenção da r. decisão agravada.

Para fins de acesso aos Tribunais Superiores, consideram-se expressamente prequestionados todos os dispositivos legais e constitucionais mencionados pelas litigantes.

Isto posto nego provimento ao recurso" (fls. 199/203e).

Inconformado, a parte agravante opôs Embargos de Declaração, sustentando que:

"4. Deveras, alega o v. aresto que: '(...) Consoante estipula o art. 34 do CIN, consideram-se contribuintes do IPTU o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidora qualquer título. (...)'.
5. Concluindo que: '(...) Proprietário do imóvel é aquele que ostenta tal condição junto ao Cartório de Registro de Imóveis, ainda que tenha alienado o bem. (...) a responsabilidade do comprador do imóvel pelo pagamento do tributo, mesmo que lhe detenha aposse, não exclui a do proprietário. (...)'.
6. Ocorre que, ao assim dispor, o v. aresto foi omissivo quanto ao fato de que para a exigência do IPTU deve sim ser levado em consideração a posse com ânimo de domínio do imóvel e, ainda, a sua utilização.
7. Ora, é consabido que a sujeição passiva dos impostos reais, caso do IPTU, encontra-se vinculada ao uso a que se destinam os bens, ou seja, não se afigura como fato gerador do imposto em comento apenas a propriedade, mas principalmente o domínio útil ou a posse quando esses fenômenos não estão na titularidade daquele que normalmente os tem, ou seja, o proprietário.
8. Nesse sentido, inclusive, foi o entendimento do Ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, ao proferir seu voto no julgamento do RE nº 594.015, conforme se depreende do excerto abaixo:
(...)
9. E não é só, no supracitado julgamento o D. Ministro Marco Aurélio em seu voto também ressaltou que o usufruto do bem deve ser levado em consideração para fins de propriedade do bem, bem como para pagamento do imposto, conforme se depreende do excerto abaixo:
(...)
10. Portanto, resta patente a omissão perpetrada pelo v. aresto, na

medida em que evidencia-se a configuração como sujeito passivo do IPTU ao detentor da posse com *animus domni*, não havendo que se falar na solidariedade passiva da Embargante, a qual já havia transferido o imóvel em discussão.

11. Ademais, malgrado o v. aresto ter se apoiado em suposto entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp nº 1099274 e AI nº 1246208, ficou omissa quanto ao real posicionamento do Superior Tribunal de Justiça quanto à solidariedade para pagamento do IPTU, entre o proprietário e o usufrutuário.

12. Isso porque, o E. Superior Tribunal de Justiça já propugnou, ao analisar a sujeição passiva do IPTU na hipótese de usufruto (REsp 691.714/SC, Rel. Ministro FRANCIULLI NETTO, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/03/2005, DJ 27/06/2005, p. 336), que malgrado a propriedade, não a posse, tenha o condão de constituição da sujeição passiva do imposto, em certas circunstâncias a posse tenha o condão de constituição jurídica de título próprio, de investidura do seu titular como se proprietário fosse.

13. Veja-se, a propósito, os seguintes excertos do voto proferido no precedente supracitado:

(...)

14. Assim, fica claro que na presente hipótese, por se tratar o IPTU de tributo real, o uso/posse do bem é fator determinante à configuração da sujeição passiva, patenteando-se a impossibilidade de exigência do tributo daquele que não detém a prerrogativa de usar, gozar e fruir da coisa, sendo medida que se impõe o saneamento da referida omissão pelo v. aresto.

15. Sob tal perspectiva, não com a pretensão de aplicar o Código Civil para atribuir responsabilidade tributária, mas apenas para ilustrar a pertinência de tal interpretação omitida pelo v. aresto, ressalte-se que o artigo 1.403, inciso II, do Código Civil, justamente para efeitos da posse com ânimo de domínio da coisa, no caso, o imóvel, prevê obrigação do usufrutuário para com os tributos devidos nesses termos:

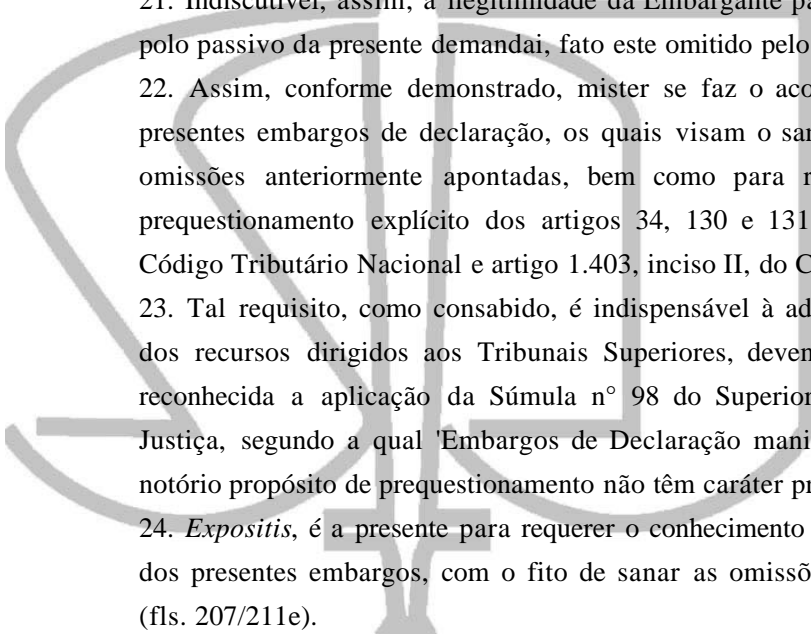
(...)

16. Por outro lado, o v. aresto ficou omissa quanto à responsabilidade do comprador nos termos do artigo 130 do Código Tributário Nacional, pois, conforme escritura acostada aos autos a Embargante já não era mais proprietário do imóvel no período discutido.

17. Deveras, a obrigação tributária, quanto ao IPTU acompanha o imóvel em todas as suas mutações subjetivas, exegese que encontra reforço na hipótese de responsabilidade tributária por sucessão

prevista nos artigos 130 e 131, I, do Código Tributário Nacional.

18. Ou seja, há previsão legal de que o comprador do imóvel será o responsável pelo pagamento do IPTU, e, ainda, está ressaltada tal responsabilidade na escritura pública juntada aos autos.

19. De fato, a escritura acostada prevê que '(...) a partir do dia 12 de setembro do corrente, o outorgado será responsável por todos os impostos (...)', bem como que o comprador '(...) obriga-se a efetuar a atualização do cadastro imobiliário municipal (...)'.


20. Tanto é, que na matrícula do imóvel, acostada aos autos, constata-se a averbação da arrecadação do mesmo à falência da SPEO - São Paulo Empreendimentos e Obras Ltda, reforçando a transferência da propriedade em tela à tal empresa.

21. Indiscutível, assim, a ilegitimidade da Embargante para figurar no polo passivo da presente demandai, fato este omitido pelo v. aresto.

22. Assim, conforme demonstrado, mister se faz o acolhimento dos presentes embargos de declaração, os quais visam o saneamento das omissões anteriormente apontadas, bem como para realização do prequestionamento explícito dos artigos 34, 130 e 131, I, todos do Código Tributário Nacional e artigo 1.403, inciso II, do Código Civil.

23. Tal requisito, como consabido, é indispensável à admissibilidade dos recursos dirigidos aos Tribunais Superiores, devendo, pois, ser reconhecida a aplicação da Súmula nº 98 do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual 'Embargos de Declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório.'

24. *Expositis*, é a presente para requerer o conhecimento e provimento dos presentes embargos, com o fito de sanar as omissões indicadas" (fls. 207/211e).

O Tribunal **a quo** rejeitou os embargos, nos seguintes termos, no que interessa:

"Em que pese o inconformismo da embargante, não vislumbro no acórdão embargado nenhum dos vícios previstos pelo art. 1.022 do CPC a motivar a abertura desta via recursal.

O exame dos fundamentos trazidos deixa evidente que, não tendo ocorrido qualquer obscuridade, contradição, omissão ou erro material, vale-se a parte dos presentes para expressar sua irresignação com as conclusões lançadas no julgado.

O presente recurso, na realidade, tem por finalidade o reexame das questões postas, a fim de que seja proferida nova decisão, agora de forma favorável à embargante.

O v. acórdão apreciou e decidiu todas as matérias em relação às quais estava a Turma Julgadora obrigada a se pronunciar, segundo seu convencimento.

De fato, a decisão embargada foi claríssima ao afirmar que:

(...)

Tais conclusões foram obtidas com base em precedentes do C. STJ, cujos trechos pertinentes foram transcritos a fls. 183/184.

Se a parte entende que houve interpretação equivocada ou ofensa a dispositivos legais e constitucionais, os embargos de declaração não constituem sede apropriada para dirimir a questão.

Outrossim, suposta omissão tem que estar circunscrita no bojo do acórdão embargado, sendo inviável a análise de julgados a título de paradigma.

Quanto à noticiada finalidade de prequestionamento destes, cabe deixar lembrado o que ficou dito no julgamento dos Embargos Declaratórios nº 653.090-1/8, de que foi relator o I. Desembargador Sebastião Flávio, com seu voto nº 8.156:

(...)

Cabe ainda observar ter disposto o julgado (fls. 185):

(...)

Mantenho, pois, o v. acórdão nos termos exarados.

Isto posto rejeito os presentes embargos declaratórios" (fls. 221/223e).

Da leitura dos excertos transcritos, verifica-se que o acórdão recorrido não incorreu em qualquer omissão, como ora alega a parte agravante, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da lide, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pelo agravante.

Assim, o acórdão de 2º Grau conta com motivação suficiente e não deixou de se manifestar sobre a matéria cujo conhecimento lhe competia, permitindo, por conseguinte, a exata compreensão e resolução da controvérsia, não havendo falar em descumprimento ao art. 1.022, II, do CPC/2015.

Nesse contexto, **"a solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015"** (STJ, REsp 1.669.441/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/06/2017).

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 801.101/MG, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 23/04/2008.

A propósito, ainda:

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. REAJUSTE DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/1998 E 41/2003. ACÓRDÃO DE ÍNDOLE EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. MULTA DO ARTIGO 1.021, §4º, DO CPC/2015. EXCLUSÃO. INADMISSIBILIDADE OU IMPROCEDÊNCIA DO AGRAVO INTERNO INTERPOSTO NA ORIGEM. NÃO VERIFICAÇÃO. OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IMPOSIÇÃO DE MULTA. EXCLUSÃO. PROPÓSITO DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 98/STJ. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, PARCIALMENTE PROVIDO.

1. O acórdão recorrido apreciou fundamentadamente a controvérsia dos autos, decidindo, apenas, de forma contrária à pretensão do recorrente, não havendo, portanto, omissão ensejadora de oposição de embargos de declaração, pelo que, deve ser rejeitada a alegação de violação ao artigo 1.022 do CPC/2015.

(...)

6. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, parcialmente provido" (STJ, REsp 1.672.822/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/06/2017).

"PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015 NÃO CONFIGURADA. REAJUSTE DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/1998 E 41/2003. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE DECIDE COM FUNDAMENTO EXCLUSIVAMENTE CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF. EMBARGOS PROTETATÓRIOS. VIOLAÇÃO AO ART. 1.026, § 2º, DO CPC/2015. MULTA AFASTADA.

1. Inicialmente, quanto à alegação de violação ao artigo 1.022 do CPC/2015, cumpre asseverar que o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a

anulação do acórdão proferido em Embargos de Declaração apenas pelo fato de a Corte ter decidido de forma contrária à pretensão do recorrente.

2. Quanto à questão de fundo, isto é, a revisão do benefício previdenciário observando os valores dos tetos estabelecidos nas Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003, o recurso não merece que dela se conheça. Com efeito, verifica-se que o acórdão recorrido negou provimento à apelação com fundamento em precedentes do Supremo Tribunal Federal. Dessa forma, dada a natureza estritamente constitucional do decidido pelo Tribunal de origem, refoge à competência desta Corte Superior de Justiça a análise da questão, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

3. A irresignação merece acolhida em relação à alegada ofensa ao art. 1.026, § 2º, do CPC/2015 nos termos da Súmula 98 do STJ, in verbis: "Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório". No caso dos autos, os Embargos de Declaração ofertados na origem tiveram tal propósito, de maneira que deve ser excluída a multa fixada com base no supracitado dispositivo legal.

4. Recurso Especial parcialmente provido" (STJ, REsp 1.669.867/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/06/2017).

Portanto, ao contrário do que pretende fazer crer a parte recorrente, não há que se falar em negativa de prestação jurisdicional.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, I e II, b, do RISTJ, conheço do Agravo, para conhecer do Recurso Especial, em parte e, nessa parte, negar-lhe provimento.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, por tratar-se, na origem, de recurso interposto contra decisão interlocutória, na qual não houve prévia fixação de honorários.

I.

Brasília (DF), 07 de junho de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora